



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 09 a 13 de julho de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Câmara aprova proposta que fixa idade limite para contratação de aprendiz egresso do sistema prisional](#)

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, nesta terça-feira (10), o Projeto de Lei 2207/15, do deputado Daniel Vilela, (MDB-GO), que fixa o limite de 29 anos de idade para a contratação de jovens aprendizes que tenham passado por medidas socioeducativas ou pelo sistema prisional. A medida altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT Decreto-Lei 5.452/43). A proposta foi analisada em caráter conclusivo, o que significa que deve seguir para análise do Senado sem passar pelo Plenário da Câmara. O relator na CCJ, deputado Chico Alencar (Psol-RJ), apresentou parecer pela constitucionalidade da matéria.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Comissão aprova inclusão de guardas municipais na Força Nacional de Segurança Pública](#)

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou projeto de lei que inclui as guardas municipais entre as instituições que podem compor a Força Nacional de Segurança Pública-FNSP (PL 6975/17). A proposta foi apresentada pelo deputado Laudívio Carvalho (Pode-MG). Criada no governo Luiz Inácio Lula da Silva pelo Decreto 5.289/04, a Força Nacional de Segurança Pública é um órgão de cooperação federativa cuja função é preservar a ordem pública, a segurança das pessoas e do patrimônio. Atualmente regulada pela Lei 11.473/07, é uma tropa ligada ao Ministério da Justiça e atua em situações de emergência e calamidade pública, além de operações ambientais.

[Câmara celebra Dia do Bombeiro Militar](#)

Homenagem foi feita em sessão solene realizada nesta segunda-feira (9)

Em homenagem ao dia do bombeiro militar, comemorado no último dia 2 de julho, a Câmara dos Deputados realizou, nesta segunda-feira (9), sessão solene requerida pelos deputados Izalci Lucas (PSDB-DF), Alberto Fraga (DEM-DF) e Subtenente Gonzaga (PDT-MG). Em discurso lido no Plenário, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), destacou a forte presença dos bombeiros militares na vida dos cidadãos.

[Plenário analisa MP que abre crédito extraordinário para segurança pública no Rio](#)

O Plenário começou a analisar a Medida Provisória 825/18, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão para custear as ações de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, que desde fevereiro está sob intervenção federal.

Os recursos serão utilizados na compra de veículos (blindados e não blindados), armamento, munição, equipamento individual, na contratação de serviços e no pagamento de pessoal.



Plenário conclui votação de MP que abre crédito de R\$ 1,2 bi para segurança no Rio

Foi rejeitado destaque que excluía autorização para o governo remanejar os recursos por decreto

O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou o destaque do PDT à Medida Provisória 825/18, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,2 bilhão para custear as ações de segurança pública no estado do Rio de Janeiro, que desde fevereiro está sob intervenção federal. O partido pretendia retirar do texto a única mudança feita pela relatora, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), em seu projeto de lei de conversão, que é a autorização para o governo remanejar os recursos por decreto.

Comissão especial analisará parecer sobre unificação das polícias

A Comissão Especial sobre a Unificação das Polícias Cíveis e Militares reúne-se nesta tarde para discussão e votação do parecer do relator, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP). Apresentado na semana passada, o texto prevê que os estados tenham a possibilidade de adotar o chamado "ciclo completo", unindo as duas polícias em uma única corporação. A proposta de Carvalho está prevista em uma proposta de emenda à Constituição. Mesmo em caso de aprovação na comissão, o texto depende de 171 assinaturas de deputados para começar a tramitar na Câmara.

Lei cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública

A Lei 13.690/18, que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e transforma o Ministério da Justiça e Segurança Pública em Ministério da Justiça, foi publicada nesta quarta-feira (11) no Diário Oficial da União. O texto aprovado com vetos pelo presidente da República, Michel Temer, é decorrente da Medida Provisória 821/18. É de competência do novo ministério a articulação com os órgãos dos entes federativos (Distrito Federal, estados e municípios) e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública. À pasta, também cabe planejar e administrar a política penitenciária nacional.

Trabalho aprova pensão para dependentes de militar licenciado ou excluído

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou projeto do deputado Alberto Fraga (DEM-DF) que assegura o pagamento de pensão aos dependentes do militar licenciado ou excluído (PL 1627/15). O relator, deputado Cabo Sabino (PR-CE), recomendou a aprovação. "O projeto pretende dar amparo não só aos herdeiros, mas a todos os dependentes do militar que, tendo contribuído por mais de dez anos, seja licenciado ou excluído a bem da disciplina", disse.

1.3 POLÍTICA

Conselho de Ética pode votar pareceres sobre processos de cassação de mandato

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje para a apresentação de pareceres relativos a processos de cassação de mandato contra os deputados Celso Jacob (MDB-RJ) e João Rodrigues (PSD-SC). Eles foram condenados por fraudes quando prefeitos e estão presos, mas continuam no exercício do mandato. Eles são alvo de representações propostos pela Rede. O parecer sobre o caso de Jacob será apresentado pelo deputado Sandro Alex (PSD-PR); o deputado Ronaldo Lessa (PDT-AL) é o relator do caso em desfavor de Rodrigues.

Peritos criminais defendem voto impresso para garantir segurança das eleições

Estabelecida em 2015 pela minirreforma eleitoral, a impressão de votos foi derrubada liminarmente pelo STF em junho. A Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais defendeu o voto impresso para complementar o sistema eletrônico, em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (12). Para a associação, a impressão de todos os votos pode garantir mais segurança ao processo eleitoral.



1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

Câmara aprova criação de juizados especiais criminais digitais

Esses juizados serão responsáveis pela conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo cometidas com o emprego da informática. Proposta seguirá para análise do Senado. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (10), em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 6832/17, da deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), que prevê a criação dos juizados especiais criminais digitais.

Comissão especial discute parecer sobre novo Código de Processo Penal

A comissão especial que analisa o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10) reúne-se hoje para discutir o substitutivo apresentado pelo relator, deputado João Campos (PRB-GO). A análise do texto já foi cancelada quatro vezes. Entre os principais pontos do substitutivo estão a confirmação da prisão dos réus condenados em segunda instância, o estímulo à cooperação do Brasil com outros países para investigar criminosos e a maior possibilidade de uso de mecanismos como as prisões temporárias e preventivas.

Agressor de mulher deverá custear despesas previdenciárias da vítima a partir da condenação

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou na quarta-feira (11) proposta que obriga agressores de mulheres a custearem eventuais benefícios previdenciários assegurados às vítimas já a partir da sentença condenatória. O texto aprovado transforma condenações com base na Lei Maria da Penha (11.340/06) em título executivo, ou seja, a própria sentença pode ser usada para exigir do agressor o ressarcimento aos cofres públicos.

Comissão aprova indenização a filhos de mulheres vítimas de violência

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou na quarta-feira (11), com emendas, o Projeto de Lei 7441/10, da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), que obriga o poder público a indenizar dependentes de vítimas de violência sexual ou doméstica quando a morte da vítima for comprovadamente resultado de omissão, negligência ou ato da Administração Pública.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (16)

9 horas

Câmara dos Deputados

13ª edição do Politeia, projeto de extensão promovido pela Universidade de Brasília (UnB), por meio do Instituto de Ciência Política (Ipol), em parceria com a Câmara.

Programação

O evento continua à tarde.

Plenário das comissões



10 horas

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Seminário para debater a Lei Brasileira de Inclusão e o acesso a órteses e próteses.
São Paulo (SP)

14 horas

Plenário

Sessão de debates.
Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (17)

9 horas

Câmara dos Deputados

13ª edição do Politeia, projeto de extensão promovido pela Universidade de Brasília (UnB), por meio do Instituto de Ciência Política (Ipol), em parceria com a Câmara.

Programação

O evento continua à tarde.
Plenário das comissões

QUARTA-FEIRA (18)

9 horas

Câmara dos Deputados

13ª edição do Politeia, projeto de extensão promovido pela Universidade de Brasília (UnB), por meio do Instituto de Ciência Política (Ipol), em parceria com a Câmara.

Programação

O evento continua à tarde.
Plenário das comissões

QUINTA-FEIRA (19)

9 horas

Câmara dos Deputados

13ª edição do Politeia, projeto de extensão promovido pela Universidade de Brasília (UnB), por meio do Instituto de Ciência Política (Ipol), em parceria com a Câmara.

Programação

O evento continua à tarde.
Plenário das comissões

SEXTA-FEIRA (20)

9 horas

Câmara dos Deputados

13ª edição do Politeia, projeto de extensão promovido pela Universidade de Brasília (UnB), por meio do Instituto de Ciência Política (Ipol), em parceria com a Câmara.

Programação

O evento continua à tarde.
Plenário das comissões

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/560409-AGENDA-DA-SEMANA.html>



2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

[Comissão vota relatório sobre criação de cargos para Ministério da Segurança Pública](#)

A comissão mista destinada a analisar a Medida Provisória 840/2018, que criou 164 cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para atender a necessidades da área de segurança pública do governo, se reúne nesta terça-feira (10) para votar o relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). A reunião está marcada para 14h30 na sala 2 da Ala Nilo Coelho. Os cargos serão destinados ao Ministério Extraordinário de Segurança Pública, criado em fevereiro pela Medida Provisória 821/2018, que está em tramitação na Câmara.

[Comissão mista aprova MP que cria 164 cargos para o Ministério da Segurança Pública](#)

A comissão mista responsável pela análise da Medida Provisória 840/2018, que criou 164 cargos destinados ao Ministério Extraordinário de Segurança Pública, aprovou nesta terça-feira (10) o relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). A MP criou cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para atender a necessidades da área de segurança pública do governo.

[Lei cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública](#)

A Lei 13.690, que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e transforma o Ministério da Justiça e Segurança Pública em Ministério da Justiça, foi publicada nesta quarta-feira (11), no *Diário Oficial da União*. O texto aprovado com vetos pelo presidente da República, Michel Temer, é decorrente do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/2018, apresentado pelo senador Dário Berger (MDB-SC), como alternativa Medida Provisória 821/2018.

[Aumento da licença-paternidade dos militares para 20 dias segue ao Plenário](#)

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou nesta quarta-feira (11) o relatório de Ana Amélia (PP-RS) favorável ao PLC 41/2018, que passa de 5 para 20 dias o período de licença-paternidade que pode ser gozado pelos militares. A análise segue agora ao plenário do Senado.

[Plenário aprova MPs da intervenção federal no Rio de Janeiro](#)

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (11) as medidas provisórias que criam cargos e destinam recursos para a intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro. Como as MPs 825/2018 e 826/2018 haviam sofrido modificações no Congresso Nacional, elas terão que seguir para a sanção presidencial na forma de projetos de lei.

[Pedro Chaves defende criação de polícia especializada nas fronteiras](#)

Defensor de proposta de emenda à Constituição que cria a polícia nacional de fronteiras, o senador Pedro Chaves (PRB-MS) disse nesta quinta-feira (12) que a matéria pode contribuir para solucionar o problema da violência no país. Ele lembrou que é pelas fronteiras que entram as armas e as drogas que financiam o crime organizado. A PEC tramita com o número de 534/2002 na Câmara dos Deputados.



3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ministro reconsidera decisão e permite trâmite de ação que questiona cassação de aposentadoria de servidores

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconsiderou a decisão por meio da qual havia extinto, sem julgamento de mérito, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 418, ajuizada por associações de magistrados para questionar normas que preveem a cassação de aposentadoria de servidores públicos.

Mantida prisão de ex-chefe da Casa Civil de MT acusado de receber propina

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (julgou inviável) ao Habeas Corpus (HC) 158071, no qual a defesa de Paulo Cesar Zamar Taques, ex-chefe da Casa Civil de Mato Grosso, buscava a revogação de sua prisão preventiva. De acordo com o Ministério Público estadual, Taques integraria organização criminosa que teria recebido propinas em decorrência da contratação de empresa no âmbito do Detran-MT.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

ELEIÇÕES, UNIFICAÇÃO E OUTROS TEMAS SÃO DISCUTIDOS PELA FENEME

A diretoria da FENEME reuniu-se, na tarde desta quarta-feira (11), em Brasília (DF) para discussão de temas de interesse aos oficiais militares estaduais e do DF. É a primeira reunião da gestão eleita no último mês de junho de 2018.

Dentre 14 itens elencados, destaque para as estratégias traçadas para as Eleições que se aproximam. Um documento com os principais pleitos será elaborado e encaminhado aos candidatos para difusão. Quanto às candidaturas de militares, o limite máximo para registro é o dia 15 de agosto, exceto para os que exercem cargos de comando, os quais precisam se desincompatibilizar dos respectivos comandos 3 meses antes do pleito, o que já se deu no dia 7 de julho.

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br



Brasília, 16 de julho de 2018.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES E ESTRATÉGICAS PARA A FENEME NO ÂMBITO DOS PODERES, ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES, ESTÃO SENDO REPASSADAS VIA RELATÓRIOS E COMUNICAÇÕES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSÁRIOS.